

A INSERÇÃO GEOESTRATÉGICA, DO BRASIL, NO ATUAL CONTEXTO INTERNACIONAL

Raymundo Guarino Monteiro¹

“As nações viajam no rio do tempo, que não podem controlar nem dirigir, mas no qual podem manobrar com maior ou menor habilidade e experiência.

Bismarck

“ Os mais fracos estão sempre ansiosos por igualdade e justiça. Os mais fortes não lhes dão atenção”.

Aristoteles – “A Política”.

A atuação do Estado Brasileiro no contexto mundial, tem como fundamento a obrigação de prover segurança e desenvolvimento à Nação, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito.

Para tanto, sua postura geoestratégica é centrada em uma ativa diplomacia voltada para a paz e em uma atitude estratégico-militar dissuasória de caráter defensivo, baseado nas seguintes premissas:

- fronteiras e limites perfeitamente definidos pelo princípio do arbitramento quando não era possível o bilateralismo e O reconhecimento internacional ;
- estreito relacionamento com os países vizinhos como múltiplo vetor geopolítico e com a comunidade internacional, em geral, baseado na confiança e no respeito mútuos;
- rejeição à guerra de conquista; e
- busca da solução pacífica de controvérsias, com o uso da força somente como recurso de autodefesa.

A postura geoestratégica do Estado Brasileiro reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e na existência de uma estrutura militar de credibilidade, capaz de gerar efeito dissuasório eficaz. Embora de caráter defensivo, a postura brasileira não implica, em caso de conflito, de que as Forças Armadas tenham que se limitar somente a operações defensivas. Todo potencial nacional será usado com vista a decisão rápida do conflito, com o mínimo de danos ao interesse nacional; a paz só se realizará quando atender as condições que a Nação lhe julgue favorável.

Para tal desiderato a nossa orientação geoestratégica segue as seguintes diretrizes:

¹ Prof. Raymundo Guarino Monteiro
Corpo Permanente da ESG

- A Nação Brasileira contribuirá ativamente para a construção de uma ordem internacional, baseada no estado de direito, que propicie a paz universal e regional e no desenvolvimento sustentável da humanidade;
- contribuirá ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional;
- atuará para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais e para a solidariedade na América Latina e na Região do Atlântico Sul;
- procurará participar, crescentemente, dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão;
- procurará aprimorar e aumentar a capacidade de negociações do Brasil no cenário internacional;
- promoverá a posição brasileira favorável ao desarmamento global, condicionado ao desarmamento de arsenais militares e de outras armas de destruição em massa, em processo acordado na multilateralidade;
- participará de operações internacionais de manutenção de paz, de acordo com o interesse nacional;
- buscará um nível de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção, de modo a minimizar a dependência externa do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para a Segurança e o Desenvolvimento Nacionais;
- promoverá o conhecimento científico da Região Antártica e participará ativamente no processo de decisão de seu destino, como membro de seu sistema com direito a voto.

Nesta fase de transição de multipolaridade, em que se estabelece as novas regras políticas econômicas de convivência entre as Nações, caracterizada pela ausência de paradigmas claros e pela participação, crescente, de atores não governamentais, o Brasil determinará, livre de matizes ideológicas, sua inserção geoestratégica no atual contexto internacional.

No quadro de incertezas que marca o atual contexto mundial não se descaracteriza, ao contrário, se exacerba a relevância de conceitos tradicionais como Soberania, Autodeterminação e Identidade Nacional.

O Brasil, é um país com cinco diferentes regiões naturais internas e de diversificado perfil sócio-econômico, ao mesmo tempo Amazônico, Atlântico e Platino. Isto nos leva à concepção de que nosso mais importante espaço, geoestratégico isto é a área onde primeiro podemos aplicar o nosso Poder Nacional, é a massa continental sul-americana que inclui, também, o Atlântico Sul.

2. As Ações Geoestratégicas do Estado Brasileiro

“A diplomacia pode ser chamada a arte de convencer sem usar a força. A estratégia a arma de vencer com os menores custos”.

Raymond Aron

São bandeiras fundamentais para o destino do Brasil no novo contexto mundial que se apresenta, bem como condicionantes para a sua inserção, na nova ordem internacional, os pontos abaixo:

2.1 - Organismos Internacionais

2.1.1 - Reforma da ONU

Para o Brasil, hoje, os pressupostos políticos, econômicos e estratégicos que produziram a Carta das Nações Unidas e a própria Organização não tem mais vigência. Salvo emendas de menos importância, a Carta é ainda o espelho da situação internacional de 1945. Para a atual conjuntura ela está ultrapassada. Suas estruturas institucionais estão deslocadas e não respondem às necessidades atuais e, por esse motivo, necessitam ser repensadas e reorganizadas. A distribuição de assentos no Conselho de Segurança, por exemplo, é antiquada e não reflete a atual hierarquia de poder mundial e nem a busca perseguida de mundialização do órgão. Seus procedimentos além de serem arcaicos são pouco transparentes.

Como não há consenso firme sobre as implicações políticas da nova Ordem Mundial, surgidas com o fim da bipolaridade. O mundo alimenta-se de várias polêmicas que merecem análise:

- Primeiro: As Nações Unidas não são um simples instrumento diplomático a serviço de um país ou de grupo de países, para coonestar suas ações político-militares, nem muito menos um simples palco para lamúrias das frustrações dos periféricos.
- Segundo: A ONU não se constitui em governo mundial. Falta-lhe condições jurídicas e políticas para tal.
- Terceiro: A ONU é uma organização internacional e não supranacional. Depende da vontade política de seus Estados-Membros e a eles não se sobrepondo.

Seus dois órgãos mais importantes; são o Conselho de Segurança, de composição estreitamente restrita pelo direito de veto; a Assembléia Geral, órgão mais democrático e representativo em parte é inoperante nas decisões e sem capacidade, mesmo, de influir nos momentos decisivos.

Para o Brasil a reestruturação do Conselho de Segurança é um imperativo mais geopolítico do que político. Nos foros internacionais a posição brasileira é amplamente conhecida.

Por ser membro fundador da ONU e sempre ter estado a frente, na promoção dos ideários do desenvolvimento, do desarmamento e da democratização das relações internacionais, o Brasil se julga pretendente permanente a um assento no Conselho de Segurança.

2.1.2 - Reestrutuação do Banco Mundial e FMI

Banco Mundial, que inicialmente destinou-se à reconstrução das economias devastadas pela II Grande Guerra, desempenhou, posteriormente, um

papel válido no auxílio ao esforço de desenvolvimento dos países de renda menos destacada no cenário mundial. De uns anos para cá, especialmente a partir de 1980, minimizou-se esse tipo de cooperação, estando esta agora, praticamente, restrita a operações com países de Economia muito rudimentar. E, assim mesmo, em escala reduzida à luz das dimensões que deve angariar uma cooperação estruturalmente válida.

Os grandes detentores do capital do Banco Mundial, os Estados Unidos, em particular, relutam em aumentar sua contribuição financeira; e a Instituição ainda não encontrou formas de satisfatória captura de fundos adicionais. Vem adotando, implicitamente, a concepção de que a ampla oferta de capital privado nos mercados internacionais compensa o seu acanhamento operacional. Orientação que contrasta com as carências e necessidades dos países de economia emergente, às voltas com desequilíbrios estruturais que os constroem no cenário mundial.

O FMI ampliou suas dimensões em matéria de assistência financeira compensatória aos problemas de balanço de pagamentos de seus Estados Membros. Mas seus critérios operacionais continuam rigidamente atados nos princípios de economia monetária ortodoxa onde a flutuação dos índices de preços é consequência direta da rigorosa política de controle fiscal e monetário. Não contam para o Fundo, ou contam muito pouco e excepcionalmente, as dificuldades estruturais, particularmente dos países subdesenvolvidos ou de economia emergente. Nesses países, razões de estrutura atuam fortemente sobre suas contas externas e, pela própria natureza, como que impedem o exercício das políticas fiscal e monetária sob os rigores técnicos acadêmicos, esposados pelo Fundo.

Na presente quadra mundial, com as rápidas e amplas modificações impostas pelos avanços de C&T a reformulação operacional de BIRD e FMI é relevante para ajudar ou mesmo evitar que se amplie o hiato estrutural que no passado gerou a designação de diferentes mundos ordinais - 1º, 2º e 3º.

2.2 - Blocos Econômicos

2.2.1 - Bloco Sul - Americano - O MERCOSUL

A ancoragem geoestratégica do Brasil se faz primordialmente na América do Sul. A presença regional brasileira é eminentemente pacífica e de elevado peso específico. Em vez de alianças militares, o Brasil dá preferência e acordos de cooperação nas áreas política, econômica e social. As nossas faixas de fronteiras são consideradas mais como elemento de integração com os nossos dez vizinhos do que de afastamento. Isto está ensejando a um real processo de integração da região pois os parceiros vêem a nossa inserção nos diversos cenários Sul-Americanos de forma construtiva.

No cerne do Bloco Sul-americano está o MERCOSUL, que representa para a região uma verdadeira novidade histórica e já é um fator de alto dinamismo no processo regional. O forte implemento do comércio está conduzindo a medidas efetivamente integracionistas.

O MERCOSUL, porém, não é, nem almeja ser, um megabloco, porém será um ator seguro, com base econômica suficiente para atuar de modo seguro e com perfil próprio no Mercado Global.

Atualmente fazem parte do MERCOSUL - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A adesão da Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela se encontram em diferentes fases de entendimentos.

É possível que um futuro próximo, a exemplo do “Protocolo de Ouro Preto”, seja criado um mecanismo de segurança cooperativa para atuação preventiva, contra conflitos de natureza não econômica. Tal mecanismo deverá se basear em medidas de confiança mútua e de cooperação tendo reduzido compromisso militar. Deverá contar com um conjunto de instrumentos capazes de tornar efetiva a solução de qualquer crise.

A medida que o MERCOSUL se consolide econômica, política e culturalmente, os países membros tenderão a buscar um alinhamento de suas Políticas de Segurança. Este fato é que irá configurar o sistema, e que será o caminho natural a ser percorrido à medida que o MERCOSUL avance na conformação de um mercado comum.

2.3 - Atlântico Sul

Desde um ponto de vista geoestratégico, o Atlântico Sul estende-se segundo a Marinha de Guerra do Brasil de 20 graus de latitude Norte até o continente antártico, com exceção do Caribe, obviamente, sujeito a outras considerações de natureza política, econômica e estratégica. A extensão para o Norte, objetiva incluir a projeção africana que forma com o saliente do Nordeste do Brasil um estreito canal de não mais de 1500 milhas náuticas de largura que é uma importante rota comercial com valor estratégico para os países ribeirinhos do Atlântico Sul.

As principais rotas marítimas do atlântico Sul são:

Rota 1 : do oceano Índico ou Oriente para o Mediterrâneo e portos ocidentais da Europa. Pôr esta rota passam:

50% a 60% de todo o petróleo de todos os materiais estratégicos importados pela Europa.

Rota 2 : mesma origem que 1 para o Caribe, portos do golfo do México e portos da Costa Leste dos EUA.

Por esta rota passam:

26% de todo o petróleo importado pelos EUA.

Rota 3 : dos portos do Brasil para portos do Mediterrâneo e portos da Europa e para os portos do MERCOSUL;

Pôr esta rota passam 53% de todas as exportações brasileiras.

Rota 4 : esta rota liga portos da América do Sul a portos do Caribe e do Golfo do México.

Pôr esta rota passam:

11,5% de todas as exportações brasileiras;

13,5% de todas as importações brasileiras de petróleo.

Rota 5 : do Oceano Índico e Oriente para o Brasil e vice-versa

Pôr esta rota passam:

68% de todas as importações brasileiras de petróleo (do Golfo Pérsico)

33% de todas as exportações brasileiras (ferro para o Oriente, principalmente)

Rota 6 : do Brasil para o Golfo da Guiné

Pôr esta rota passam:

15% de todas as importações brasileiras de petróleo.

Desde a implantação do MERCOSUL os números relativos ao Brasil vêm se alterando em função do aumento do intercâmbio comercial entre os países membros.

As áreas focais no Atlântico Sul, isto é áreas nas quais a concentração de navios tornam proveitosos os ataques por aeronaves, navios de superfície e submarinos são:

- Ao Sul do Cabo da Boa Esperança;
- no estuário do Rio da Prata;
- Ao Largo de Cabo Frio;
- Ao Largo de Fernando de Noronha;
- Ao Largo da Costa Nigeriana;
- Ao Largo de Cabo Verde.

Embora o Atlântico Sul não seja, estratégica e economicamente, tão importante quanto o Atlântico Norte, numa avaliação global, ele tem algumas características que em momentos de crise podem mudar esta visão. Através do Canal de Drake e das águas ao Sul do Cabo da Boa Esperança, o Atlântico Sul se comunica com os oceanos Pacífico e Índico.

A conexão do Atlântico Norte com aqueles oceanos é feita através de canais artificiais - Panamá e Suez - suscetíveis de serem fechados. E hoje inadequados para o uso de grandes embarcações.

Durante a 2ª Guerra Mundial, devido a situação no Mediterrâneo, o canal de Suez não pode ser usado. Durante a Guerra dos Seis Dias (1956), o mesmo ocorreu, por outras razões. Em ambas as ocasiões, o tráfego através das águas ao Sul do Cabo da Boa Esperança aumentou enormemente e navios de maior tonelagem tiveram que ser construídos por razões econômicas. A importância econômica e estratégica tem, conseqüentemente, se elevado e esta possibilidade tem que ser considerada em qualquer avaliação estratégica.

A maior parte do petróleo no Brasil vem da plataforma continental e a maior parte dos recursos a serem ainda explorado estão também sob água. A perspectiva de auto-suficiência em petróleo depende de um aumento na produção da plataforma marítima.

Brasil é um comerciante global e mais de 95% de seu comércio internacional é feito por mar.

A Convenção de Jamaica ou da Baía de Mondego - já em vigor desde o final de 1994, foi ratificada pelo Brasil. A Convenção estabelece uma Zona Econômica Exclusiva, em geral de 200 milhas náuticas de largura (em certos casos pode atingir a 350 milhas) o que significa que o Brasil possui uma extensa

área marítima a ser controlada, na qual recursos vivos e não vivos devem ser explorados em benefício da sociedade brasileira. Não é pois surpreendente que a companhia petrolífera brasileira - a Petrobrás, que desenvolveu a tecnologia para prospecção e exploração de petróleo "offshore" detenha o recorde de exploração em águas profundas.

Devido a estas considerações, o Atlântico Sul é econômica e estrategicamente importante para o Brasil que precisa desenvolver sua marinha mercante e suas forças naval e aérea para fazer frente as possíveis ameaças ao nosso interesses nesta área.

Não é tão importante identificar de onde vem as ameaças mas sim que conseqüências resultarão, por exemplo, da interrupção das comunicações marítimas, essenciais, como são, para nossa sobrevivência. A necessidade que temos de importar petróleo é uma vulnerabilidade estratégica, uma fraqueza a ser contrabalançada por nossa Força Militar. A dimensão de nossa Zona Econômica Exclusiva implica em patrulhar uma enorme área para proteger nossos interesses e negar a outros o acesso a recursos que pertencem a nosso povo.

A guerra anti-submarino é, ainda, uma de nossas preocupações principais e estamos desenvolvendo unidades aéreas e de superfície apropriada para esta tarefa. O navio aerodromo de que dispomos esta direcionado para a guerra anti-submarino, mas não pensamos que este seja melhor uso que poderemos dar a tal navio. Pretendemos substituir este navio por um outro, novo, com capacidade para prover cobertura aérea para nossa força naval (com interceptadores e aviões de alarme antecipado). A função atual do navio aerodromo existente será conservada, mas com novos aviões. A possibilidade de uso de alguns aviões de ataque está sendo considerada.

Em função da extensão de nossa linha de costa, precisamos de um grande número de embarcações de patrulha, muitas delas com velocidade adequada para interceptação e ataque, em coordenação com aviões baseados em terra e em porta-aviões. Aviões com grande raio de ação, baseados em terra, são também, essenciais para o patrulhamento.

A guerra de minas é a arma dos mais fracos e pobres, e é muito eficiente. O único dano real causado às forças navais americanas na Guerra do Golfo foi causado por minas. O Brasil está produzindo suas próprias minas e está investindo na pesquisa de tipos mais sofisticados. Estamos mantendo um sistema completo de guerra de minas, incluindo laboratório e estações de desmagnetização, além de uma força de minagem e varredura adequada para manter livres nossos portos e áreas marítimas vitais.

Sabemos que necessitamos de uma força poderosa de submarinos. Submarinos convencionais são uma arma poderosa para a defesa costeira. O Brasil é o único país no hemisfério Sul a construir seus próprios submarinos e tem projeto de capacitação para construção de um submarino de propulsão nuclear, baseado em tecnologia autônoma. A construção deste submarino de propulsão nuclear tem um duplo propósito: primeiro, dominar a instalação nuclear de propulsão e segundo, aumentar a capacidade de dissuasão de

nossa força naval não só porque o submarino nuclear é uma arma tão formidável mas, porque sua construção demonstrará o alto nível de capacitação tecnológica do País.

2.3.1 - Zona de Paz e Cooperação

A resolução 41 das Nações Unidas, em seu artigo 41, item 11, proposto pelo Brasil e aprovado pela Assembléia Geral em 1986, estabeleceu o Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação Regional, então, com o objetivo de mantê-lo distante dos problemas criados pela Guerra Fria e reativado com a com a Guerra das Malvinas (1983) quando a OTAN teve dos Estados Unidos a preferência em detrimento do TIAR.

Após a Guerra Fria e as mudanças políticas na África do Sul, o Brasil iniciou uma proveitosa colaboração com a África Negra, com a qual temos fortes laços étnicos e culturais.

Outro fato importante, em relação ao Atlântico Sul é que o Brasil é membro pleno Sistema Antártico e signatário do Tratado de Washington - Tratado Antártico; embora a situação jurídica daquele Continente ainda não tenha sido definida, presentemente, a posição brasileira no momento é mais próxima da visão internacionalista do que territorialista.

Atualmente, a cargo da Marinha de Guerra, o Brasil vem mantendo uma estação permanente e realizando pesquisas científicas na região. Através de várias universidades federais e particulares.

3 - Forças de Paz

“Fazer a Paz não é coisa de soldados. Porém, só soldados podem faze-la”.

Dag Hammarkjold
Secretário Geral da ONU

Nossa participação em Força de Paz está sujeita a algumas considerações. A nossa Constituição, rege que a nossa Política Externa esteja baseada em dois pontos principais: o princípio da autodeterminação e o da não intervenção em assuntos internos dos Estados.

Isto torna difícil para o Governo Brasileiro aceitar certas intervenções, tais como as ocorridas no Panamá e no Haiti.

No que tange à participação em Operações de Paz, o Brasil não se recusa a participar, desde que haja consentimento das partes envolvidas.

Desde 1956 tem dado amplo apoio militar à ONU, dentro da visão acima, tendo hoje observadores militares, observadores policiais e tropas em várias partes do mundo.

4 - Anulação de Confrontações e Contenciosos

*“A força, às vezes, impede a agressão; a fraqueza, no entanto é um convite a ela”
Henry Wallace*

Embora pacífico, o país não está, no entanto, *inteiramente* livre de risco de um conflito armado. Apesar de conviver pacificamente na comunidade internacional, pode ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente, como consequência de ameaças ao seu patrimônio ou aos seus interesses vitais.

Brasil tem demonstrado, de forma consistente e clara, sua determinação em viver em paz e harmonia, segundo os princípios e as normas do direito internacional e em respeito aos compromissos assumidos.

Nossos preceitos constitucionais se fundamentam na busca de solução pacífica, através da diplomacia e da negociação, para possíveis controvérsias e contenciosos.

Brasil só recorrerá a força quando esgotada todas as negociações possíveis.

5 - A Participação das Forças Armadas nas Ações Geoestratégicas do Estado Brasileiro.

“Somos o que repetidamente fazemos”.

Aristóteles

As Forças Armadas do Brasil estão presentes em todos os campos e expressões do Poder Nacional, participam ou cooperam na implementação de um grande número de políticas de Governo que agem em princípio, em área estratégica geográficas. Assim sendo esta atuam na:

- Psicossocial, pela presença nas áreas mais carentes e pioneiras do Território Nacional, promovendo o desenvolvimento, a assistência social, educação, socorrendo a população nas calamidades, representando a autoridade governamental e levando sempre uma mensagem de esperança e de crença ao Brasil;
- Expressão Econômica, ajudando no equipamento do território, atuando em vários setores, particularmente no dos transportes marítimo, terrestre e aéreo, com a sua presença nacional;
- Expressão Política, proporcionando o respaldo às decisões do Governo, cooperando em Câmaras e Comitês diversos, valorizando a atuação do Legislativo na prática do jogo democrático, no apoio à Política Externa, na participação em visitas, simpósios, seminários internacionais, no papel desempenhado pelas Aditâncias Militares e pelas Forças de Paz;
- Expressão Científico-Tecnológico, pela contribuição no desenvolvimento de tecnologia de ponta em setores sensíveis, através dos Centros de Pesquisas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

- Expressão Militar, onde se insere a sua Missão Constitucional, cooperando para o clima de segurança indispensável e servindo de fiadores da soberania de nosso País, como instrumento de dissuasão.

É oportuno destacar, neste ponto, as diferenças principais no emprego entre as Forças Armadas Brasileiras e as dos países do chamado “Primeiro Mundo”. Enquanto nesses países as Forças Armadas estão voltadas, com exclusividade, para as atividades-fim e restritas ao campo militar, no desempenho de seu papel como “máquina de guerra”, no caso do Brasil; as nossas Forças Armadas estão presente em todos os campos do Poder Nacional, executando não apenas atividades profissionais militares, mas também dedicando parcela ponderável do seu esforço às atividades-meio e complementares e agindo como instrumento de apoio e dissuasão.

O Presidente da República define o que pretende de suas Forças Armadas por meio da Política de Defesa Nacional, pois elas se constituem no seu principal protagonista.

6 - CONCLUSÕES

Brasil cultua a sua liberdade de ação, como ator global, para aprimorar e estimular parceiros estratégicos. Assim, são muitas as iniciativas, nos mais variados campos, inclusive o militar, e no das tecnologias sensíveis, em que nós e nossos interlocutores buscamos cooperação. As parcerias são as mais variadas possíveis, desde uma parceria aeronáutica com a Itália, na construção de um caça supersônico até com a República Popular da China na cooperação de um veículo lançador de satélites.

Finalmente, gostaríamos de apontar uma inquietude brasileira em relação a Segurança Internacional. Há uma forte percepção entre nós que a lógica da seletividade internacional baseia-se na prepotência e nos argumentos que o controle de certas tecnologias se faz necessário para evitar a proliferação de armas sofisticadas nas mãos de irresponsáveis. Assim, os regimes de controle que permitem a alguns países desenvolver e empregar certas tecnologias, tornando-os, por consequência, detentores de recursos de poder assimétrico, negam, a outros acesso a essas tecnologias.

Renunciar ao acesso as tecnologias sensíveis é aceitar a condição de Nação de segunda classe, dentro de um sistema colonial apenas um pouco mais sutil do que prevaleceu no século passado e, que, se não enfrentado, tornará perene a atual distribuição da riqueza no mundo, injusta e, para nós brasileiros, inaceitável.

BIBLIOGRAFIA

- Constituição da República Federativa do Brasil – 1988.
- Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra – 1998.
- Política de Defesa Nacional – 1996 – Presidência da República – Governo Fernando Henrique Cardoso.

- As Forças Armadas Brasileiras no Limiar do Século XXI – Ministro Chefe do EMFA – 1996.
- Palestra sobre o Atlântico Sul – Alte Armando Vidigal – ESG – 1997.